

Todos fomos de mais: introdução a ensaios sobre a topologia qualitativa do salazarismo

«C'était un endroit de grande tristesse plutôt que de terreur; il y avait peu à redouter, mais beaucoup à pleurer.»

URSULA LE GUIN

PARTE I

Durante muito tempo me perguntei o que procurava com o estudo sobre Salazar e a sua época. Que os estudava, não havia dúvida. Mas o que procurava parecia fugir-me cada vez que eu imaginava estar próximo de o saber. Ora era eu que não estava satisfeito com os resultados, estreitos e rígidos, obtidos, ora era o próprio salazarismo que parecia minúsculo diante do estendal teórico posto em acção para lhe capturar a realidade e o alcance.

Inadequada ou desproporcionada, a minha investigação prosseguia.

OS TRÊS ELEMENTOS DE BASE

Não é inocentemente que começo assim uma série de ensaios sobre o salazarismo para um público português. Dez anos de trabalho são volvidos e creio que os resultados são tão importantes ou menos quanto o caminho percorrido para os enunciar.

Três elementos importa, desde logo, pôr em destaque.

O salazarismo é um existente social que, comparativamente ao gigantismo de outros movimentos sociopolíticos do segundo quartel do nosso século, bem pode ser considerado, e consequentemente reduzido, a um caso marginal. Deste ponto de vista, estudá-lo aparenta-se à ciência do singular. O que, apesar da contradição dos termos, não deixa de ter existência. Terá talvez pouca utilidade. Ou a utilidade das monografias.

No entanto, do ponto de vista de Portugal e dos Portugueses de agora, o salazarismo não tem ares de se parecer com um caso. Constitui um momento histórico importante, da mesma natureza que a fundação da

Nacionalidade, as Descobertas, a época pombalina, as lutas liberais e a implantação da República.

Ou seja, se é verdade que a história da área euro-estadunidense é quase perfeitamente compreensível, se se fizer abstracção do salazarismo (sem este, aquela teria sido provavelmente o que de facto foi...), não é menos verdade que a história de Portugal e o destino dos Portugueses seriam integralmente incompreensíveis, no que se tornaram e são, se porventura se saltasse essa figura e os efeitos decorrentes da sua acção.

Nem sempre assim se pensou. Nem Salazar, antes de mais.

Acreditou-se durante certo tempo que a experiência portuguesa, de corporativismo e de autoritarismo moderado, seria uma resposta razoável e eficaz, em terreno circunscrito, ao problema da evolução das sociedades agrárias que não seguissem o modelo anglo-saxónico, para abordarem a sua industrialização e processos conexos. Uma espécie de Cuba, nos anos 30, a alimentar a esperança da direita europeia, a quem as experiências alemã e italiana deixavam perplexa, e a cavar dúvidas na esquerda dessa área, que começava a vislumbrar o pesado custo humano da tentativa russa.

Nada se concretizou e, com a progressiva penetração dos EUA na Europa, tais problemas — não é que deixassem de existir — mudavam tão-só de sentido, de natureza e de amplitude. A esperança e a dúvida seguiam outros rumos. Por outras palavras, num breve instante, o cultivo da especificidade declinante de um povo parecia ser uma resposta viável à normalidade de uma época. Como se, em vez de uma ruptura dolorosa entre o velho e o novo, se pudesse ensaiar um método que colocasse, sem dor, o velho ao serviço do novo: uma ruptura que fosse metamorfose.

Quando comecei a aperceber-me destes problemas, por volta dos anos 60, já há muito que essa especificidade não só se afastava da normalidade euro-estadunidense, como francamente se lhe opunha. Fui educado no tempo do «exemplo que éramos para as outras nações do mundo» e comecei a querer pensar por mim no tempo do «orgulhosamente sós».

É este o terceiro elemento: a implicação de um agente parcial que, sendo precisamente parte, intenta formalizar o processo de conjunto.

Diria, pois, que, não tendo necessidade de participar dos mitos, poderia julgar-me dispensado de os enfrentar e de, abandonando a paranóia reinante, integrar-me na modernidade que se ia expandindo. Esta formulação dá a entender que o estudo do salazarismo está submetido a um dispositivo de opções. Não é um assunto libidinalmente neutro. Isto é, a implicação da pessoa e do seu esforço de racionalidade é parte constitutiva do objecto a que prendo a minha curiosidade, como se o que nele procurasse fosse resposta para o que em parte afectivamente sou.

Não se trata, contudo, de uma autobiografia intelectual, mas de indicar a quem lê o ângulo de visão que lhe permita ver e compreender do que, nestes ensaios, se trata: do salazarismo, na sua força formativa das gentes e no seu empenho de conferir durabilidade ao *socius* português. Tornar dura, durável, a *nossa* líbido, pela proposta da identidade espaço-atemporal do homem português.

Mostrar, pois, o fio com que se pega na meada e do lugar estratégico, talvez o fundamental, para pegar na que aqui nos diz respeito.

Será preciso prová-lo, é óbvio. Mas dizê-lo desde já é impedir que o agente parcial e o sistema global se neutralizem ou se excluam. O que o

salazarismo foi, foi-o em grande parte em nós e connosco, mesmo se ainda envolvido nas brumas do não dito.

É assim um «assunto optativo» que nos toca a todos, mas não academicamente.

O SALAZARISMO OPTATIVO

Progressivamente, no espaço de poucos anos (1926-32), o salazarismo, ou o Regime, como se dizia, apresentou-se como uma proposta societária global ao problema da sociedade portuguesa.

No primeiro pós-guerra, o facto societário perdeu realmente transparência. Afirmar-se que «o homem é naturalmente social» perdeu a sua espontaneidade, para dar lugar a dúvidas, que, como é sabido, são o terreno favorável das problemáticas.

Raros apenas levaram a dúvida suficientemente longe para concluir que a sociedade era uma mecânica desfavorável ao homem. A maioria dos pensantes procuravam tão-só modalidades societárias (políticas, económicas e culturais) que repusessem a sociedade no estado em que fosse possível a todo o cidadão bem constituído reconhecer-se, sem sombra de dúvidas ou vergonha, um animal social.

Deixando de lado a questão filosófica feroz (!) que seria a de perguntar-se como uma sociedade pode ser resposta para o problema da sociedade, sem que logo se devesse supor que num espaço habitado dado há sempre, pelo menos, duas sociedades globais, a constituinte e a constituída, limitemo-nos a constatar que o salazarismo se inscreve no conjunto de movimentos políticos que intentaram repor as gentes na sua sociabilidade natural.

Esse o seu programa: uma nova feitura de cidadania, apresentada como sendo a única que no segundo quartel do século XX podia conferir ao Português possibilidade e viabilidade. Ver-se-á adiante a extensão ideológica deste intento e seu conteúdo mais precioso. O que importa por agora acentuar é que se apresentou como um objecto de escolha: voltar a ser português e sê-lo duradouramente. Ou seja, até aí, a partir de uma data indefinida, os Portugueses não tinham sido portugueses. Para ser português não bastava ser português. Como se em cada português houvesse dois: o constituinte e o constituído. Pôr o constituinte ao serviço do constituído era a finalidade de um processo político, a longo prazo, no qual importava que cada português se inscrevesse desde logo.

A situação desses anos 30 assim sumariamente descrita presta-se à ironia, pois nada de mais espontâneo do que imaginar, nesses anos missionários, uma minoria de portugueses inteiros, conservados só Deus sabe como, a modelar a maioria restante de portugueses por fazer. A facilidade, todavia, com que hoje brota esse sorriso irónico e as inevitáveis anedotas anexas é o irrecusável sintoma de que então o processo foi vivido com pregnância e paixão. Paixão que obrigatoriamente supõe uma receptividade real capaz de compreender e de sustentar a escolha proposta.

Um comum consenso sobre a ausência de ordem «na casa lusitana»; um diagnóstico partilhado relativo às suas causas; um sentimento difuso e inquietante de crise e de abismo; uma intuição suficientemente forte de oportunidade de revivescimento, representada por Salazar, que importava absolutamente não deixar passar; uma suspeita, vivida como se fosse informativamente fundada, de que portugueses haveria colaborando na

destruição de Portugal, etc., eis o que o dispositivo de escolha lógica e existencialmente pressupõe.

É óbvio que, se o salazarismo se reduzisse a um movimento afectivo, não teria durado e, sobretudo, nunca teria talvez tomado forma institucional. Teria sido a impressão de uma escolha possível, mas não um dispositivo que obrigava a escolher.

Lembre-mo-nos de que Salazar fala para um bloco urbano profundamente dividido, submetido a grandes correntes de massa. Lembre-mo-nos de que ele surge num espaço humano desiludido, que quis uma república, mas não a que teve e fez, prestes a refugiar-se no discurso do último recurso, o da crise. Se a isto acrescentarmos que esse bloco urbano desejava a modernidade, desde que fossem os camponeses a pagá-la e desde que a sua estrutura interna não sofresse alterações, compreenderemos que a uma crise de identidade se não responde só com força, mas com sedução que opere. Tudo se joga na proposta de sentidos funcionáveis.

Estes, Salazar e os seus vão buscá-los a uma leitura particular da História. História de Portugal e do seu lugar no mundo, que se caracterizava, não tanto pela preocupação de fundar nos documentos e outros testemunhos uma síntese de processos, mas pela racionalização, através de factos históricos parciais, da necessidade de uma acção reformativa de Portugal, da grandeza dessa tarefa e da continuidade em que fatalmente se inscreveria.

Uma espécie de patriotismo eficiente, com odor de grande época.

Como é evidente, segundo os cânones da historiografia corrente, não era de história que se tratava, mas de argumentação que ia buscar ao campo da história justificações de tradição, de modalidades operativas de poder político, de finalidades de comando, de regras de organização.

Torna-se comparativamente interessante notar que, entre os pequenos povos deste planeta, poucos há, como o português de então, que tão fervorosamente cultivassem a argumentação histórica e que tenham feito de alguns dos seus historiadores figuras de vulto. Os casos de Herculano e de Oliveira Martins são disso claro exemplo.

Este «gosto pela história», ou da história como campo decisor da argumentação, fora abundantemente alimentado pela propaganda republicana, desde os meados dos anos 50 do outro século. Não seria procurar longe interpretar este gosto como uma espécie de identificação reactiva. Seja como for, à história tinha sido dado o poder de dizer ao Português quem este era, mesmo se esta só lhe dizia o que ele parcialmente fora. Punha-se destarte a funcionar um mecanismo clássico, segundo o qual só se sabendo quem se é se pode saber que missão se tem. Esta decorrendo inexoravelmente daquela.

Quando o salazarismo propõe assim a sua leitura, inscreve-se numa tradição recente e numa necessidade tornada vital, mas simultaneamente inova no que lhe diz respeito, pois que é a primeira vez que o poder político propõe a um punhado de portugueses (a identificar) a modelagem da massa humana portuguesa. Projecto duplamente voltado para dentro. É-o territorialmente, é-o também no ataque à mentalidade, que outra coisa não é que os hábitos do corpo.

A paixão a que fiz referência adquire deste modo uma feição que ultrapassa a soma das impressões. Ganha em consistência ou em substância. Torna-se sinónimo de forjar portugueses. Ser português é fazer «portugueses».

As coisas não são tão simples, e nós hoje sabêmo-lo, mas era, em grande parte, nestes termos que se apresentavam; e, do mesmo modo que poucos aprofundaram a relação fosca entre a sociedade e os indivíduos singulares, poucos houve que achassem bizarra a relação formativa e medicinal que as mentes de uns assumiam relativamente ao corpo dos outros, como resposta ao problema da identidade.

O mundo de infernos que aí nos esperava estava por ora escondido e só o aspecto brilhante («generoso e exaltante», como diziam) se destacava nas mentes que intentavam tornar possível e viável o Estado nacional independente. Era este o objectivo. O facto de ser o próprio poder de Estado a propor que os Portugueses colaborassem com ele na sua vontade imaginária de independência conferia realidade ao dispositivo optativo. Tudo se apresentava como cabendo aos Portugueses fornecerem os meios de viabilidade do seu próprio Estado. Por sua vez, competiria a este concentrá-los e devolvê-los multiplicados, em aplicações judiciosas, a esses mesmos portugueses. Muita coisa se esconde por detrás deste pedido de confiança. Saliente-se por agora que se trata do mecanismo clássico de delegação de poderes. Mecanismo que, em outras latitudes, se procurava justificar pela abundância de meios e de condições de bem-estar, mas que no salazarismo tinha uma justificação bem diferente. Não seria a abundância que se buscaria, mas a correspondência entre o real e o ideal do Português.

Esta formulação poderá parecer absconsa e, no entanto, Salazar nunca propôs a riqueza, ou o conforto, ou a sociabilidade democrática como objectivo do esforço que propunha e impunha. Pensava ele — e dizia-o — que, ricos, sempre os Portugueses encontrariam mais ricos de quem depender. Se os Portugueses queriam permanecê-lo, só independentes e frugais e hierarquizados, membros de um Estado nacional forte. Salazar não via nenhuma solução para a sobrevivência dos Portugueses na sociedade civil portuguesa. Visão que nos é paradoxal, mas que naquela outra sociedade (cuja definição é um problema central) bem se pode compreender. Mais: pode tocar-se aqui quanto a continuidade da história é ilusão. Há épocas que já não compreendemos corporalmente e que todavia nos abeiram. A lógica paixão pelo Estado e suas razões altíssimas. Querer que Portugal sobrevivesse era aceitar a «forma de mundo» em que tal eventualidade era declarada possível, fossem quais fossem os meios, e acabar por desejar estes, como meios da própria sobrevivência individual.

Desenha-se assim em filigrana uma escala de dureza de intensidade progressiva.

Salvo casos raros, não há felizmente que esperar que os destinos individuais sejam concretizações unilineares integrais do processo descrito. O dispositivo optativo, dado o tipo de sociedade em que se originou, tinha grandes malhas de passagem. Mas esta formalização dá o tom, simultaneamente médio e agudo, do que se passou. Quanto maior a paixão, mais agudo o processo, mais intensa a participação (pró ou contra) no dispositivo salazarista. Pode bem sentir-se isto mesmo na obra material do regime e nas reacções que suscitou. É sabido quão utilizada foi como argumento de sã gestão e de renascimento material e cultural. Mas que queria significar este processo monumental? Precisamente, antes do uso, queria significar. Mais do que existir na sua função prática, cada elemento da obra material salazarista prova. Prova que o Estado devolve, concentrada, a potência múltipla que recebeu dos Portugueses. Prova que a sociedade civil seria

incapaz de realizar duravelmente o mesmo esforço. Prova que vão aumentando as possibilidades de os Portugueses serem estatualmente mais portugueses.

Numa palavra, a solicitude dos equipamentos colectivos, ou seja, dos equipamentos de poder, num país de quase insignificantes equipamentos privados. Perante esta lógica, havia quem aplaudisse, havia quem cuspsse. Mas, devido à mesmíssima lógica, poucos utilizadores eficientes existiam. Precisamente os que conseguiam marimbar-se para a significação.

Procurando resumir o que vim afirmando sobre o dispositivo optativo, diria, pois, que foi um dispositivo que produziu realidade, a nossa. Em linguagem que explicitarei, diria que se tratou de um engenho completo: libidinal, mental, social e material.

Acrescento tão-só mais dois dados. Este mecanismo, que em parte nos fez, funcionou como um banal processo de exclusão de grupo. Nisso, em si mesmo, não haveria mal algum, se não tivesse sido um mecanismo soberano. Mas foi-o. Estivemos assim duravelmente envolvidos, com armas e bagagens, numa máquina soberana de exclusão de grupo.

INTERMEZZO I

Compreende-se que esta maneira de olhar o salazarismo em funcionamento lhe seja realmente exterior. Em si mesma, não é a favor nem contra, e isto no preciso momento em que se descreve um mecanismo global compulsivo de opção que, por hipótese, nos diz efectivamente respeito. Concluir-se-ia, pois, que olhamos de fora uma sociedade que foi a nossa e já é, todavia, outra. De outro modo dito, podemos afirmar que por aí — mas onde? — circulou uma paixão que já nos não move.

Já nos não move porque se apagou ou porque mudámos?

Importará saber como se saiu dela e como é que se sabe que já dela se saiu. Amadurecemos ou estamos simplesmente frustrados? Já não queremos o que nela desejámos, ou continuamos a procurar o mesmo, empregando um outro modo?

Em minha opinião, que expresso nestas reflexões de abertura, só há um modo de tirar a limpo estas questões: sujeitar o que nos objectou. Será necessário empreender o mesmo caminho, mas em sentido inverso. Tactear de frente o perigo de que fugimos. Ir dentro dessa sociedade que se esvaiu, para «pessoalizar» a escolha de que fomos efectivamente objecto.

O tempo é contudo irreversível. Não podemos voltar ao de que fora estamos, pois que é fora de um poder e das suas significações que total ou parcialmente nos encontramos. Voltar atrás e refazer a trajectória do caminho que nos fez é um trabalho simultaneamente mental e de recolocação dos afectos. Poderemos chamar conceito à reformulação mental do que nos concebeu. Ao trabalho de reposicionamento dos afectos (do que nos fez vibrar e já nada nos diz, do que recusámos e já não subsiste) chamaremos cenário.

É assim árido e aleatório o retorno, pois que no lugar onde outrora sentimos e agimos colocaremos conceitos que balizarão imagens de cartas-postais. Teremos de trabalhar com um tipo particular de conceitos, os semiabertos, ricos de determinações, mas de contornos móveis.

Como poderemos, de outro modo, objectivar o processo que nos sujeitou? Ou seja, não poderemos ser nem testemunhas, nem observadores imparciais.

Portugueses, éramos muitos. As saídas, várias, por gosto ou contrafeitas. Revoltar, pois, a esse sítio-tempo que, por ser liderado pela figura de Salazar, nós chamámos *salazarismo*, para aí procurar a confirmação de que, de facto, se mudou de corpo.

Se se souber que os conceitos ou noções são simples marcos mentais dum cenário afectivo passado, múltiplo e segmentado, não acrescentaremos ao dispositivo optativo estudado outro ou outros, que talvez, embora de sinal diferente, não deixarão de acentuar as marcas da mesmíssima dor.

Em termos directos, «pessoalizar» a figura central do Regime, mas investindo-o com a nossa experiência de submetidos e/ou de rebeldes.

O PRIMEIRO MARCO

Não vai interessar por agora questionar a eventual especificidade do povo português, mas unicamente pensá-la como facto incontestável e fonte primordial de uma política de reformulação dos homens-em-povo singular. Salazar assim o cria, o pensava e quis.

Pode mesmo dizer-se que era este o seu primeiro axioma: a existência do *Homo lusitanus*.

Pessoalizar a escolha é fazer deste axioma um axioma do nosso pensamento e prepararmo-nos para extrair dele as consequências que se impuserem. Sentir a sua pertinência e conferir-lhe um *modus operandi* eficaz. Ou seja, começar por se dizer que um povo que não se funde sobre a sua diferença é um povo de que não rezará a história e que desta será expellido quando nas épocas caóticas e convulsivas, aquela se tornar invasora com intuítos instintivos de normalização. Invasão de outro modo de ser, perda do poder de se autodeterminar, submissão a uma uniformidade que lhe seja estranha.

Não se trata aqui de pensar que a especificidade possa ser ou não o fundamento de uma política viável. Trata-se tão-só (o que é imenso) de nos deixarmos fechar na discussão em que afirmar ou negar essa especificidade é a condição *sine qua non* de se fazer ouvir.

Se, em vez de «*lhe seja estranha*», dissermos, pois, que «*nos seja estranha*», teremos aceite, como sendo nosso, o debate político que ideologicamente impregnava os anos 30. Consequentemente dispostos a reconhecer na violação das fronteiras, na ruptura das alianças, na confusão dos espíritos, na perda de prestígio das instituições, nos sobressaltos económicos, na contestação dos papéis sociais vigentes, outros tantos sintomas de uma doença que se generaliza e ameaça fazer ruir as estruturas que veiculam a existência da Pátria, para em seguida atacar o cerne do povo de que é nome e expressão. Dispostos destarte a privilegiar certos dados de facto, percebidos como ameaçadores da identidade individual e pátria, imaginados como peças constitutivas de uma ameaça concertada e dirigida, racionalizada como motivações prementes de defesa e de contenção.

Há que nos habituarmos a este mecanismo de transformação do parcial preciso em vago global, tanto mais que a sua característica mais saliente é a de se repetir infatigavelmente. Mecanismo algo psicológico, solidário de uma lógica binária, cujos axiomas, salvo raras excepções, se enunciam

negativamente, num tom imperativo, com um timbre dogmático. Não se diz: «eu amo a minha pátria», ou, mais simplesmente, «eu gosto de viver aqui». Ouve-se dizer: «nós não pomos em dúvida a existência da pátria.» O ouvido atento não pode deixar de se sentir agredido por esta confusão sinestésica entre o sólido e o duro, como se só fosse sólido o duramente dito. Este traço funcional não é aliás exclusivo da idiossincrasia salazarista. Não se afirmou que a especificidade do Português se resumia em recusar ser espanhol?

Esta observação pode exprimir-se de outro modo. Verifica-se de facto que a especificidade, na afirmativa, é da ordem do sentir, mas que só negativamente pode ser pensada. Afirmar é mais do que afirmar, não sai de si, não compara; negar é mais do que destruir, é guardar nos seus flancos o que se exclui, é tentar fazer da sombra e do não dito um objecto de razão, exigente moral de actividade.

O operador deste tipo de funcionamento social tem um nome, é o militante. Na base de qualquer identidade afirmada como diferença exclusiva encontra-se sempre esse personagem, vivendo do que recusa e justificando o sentido da sua vida num programa de reivindicações. Posição discursiva de efeitos potentes, central na discursividade portuguesa deste século e que vemos continuamente agitando-se na procura de saídas práticas que obedecem à característica invariável da reposição.

Os nacionalistas em que demos, ao aceder ao salazarismo pela porta da especificidade pátria, não fogem a esta regra. Vemo-los (e podemos-nos imaginar) compelidos a repor constantemente a Pátria, de modo que o que ela é e será não difiram do que ela — imaginam — sempre foi. Uma espécie de amorosos de objecto-em-risco-de-ausência, ameaçado de abstracção. Vêem o real no que não existe, esses nacionalistas sempre afanosos à procura de mais povo do que as gentes podem ser, mais puro do que encontram, mais rico de qualidades que as que de facto os indivíduos têm. Não se apercebem de que o povo dos seus amores é uma quimera, marco conceptual de um cenário de todo em todo paradoxal. Efectivamente, a comezinha irreversibilidade física do tempo condena o projecto que intente das gentes fazer povo a uma inexorável irrealização. Assim, o militante, porque infatigável, será tendencialmente um duro; porque insatisfeito, cairá numa tristeza de fundo; porque não pode deixar de excluir o que de facto também é, animal de interesses, aberto à metafísica e ao prazer, guardar-se-á negativo.

Estes traços são todavia demasiado rectilíneos e, tomados tais quais, levar-nos-iam a imaginar um militante nacionalista, que não foi de facto a moeda mais corrente do salazarismo. Há sentimentos e realidades a que não colam ou distorcem e que são igualmente vivências da nossa anterioridade. Importa realçá-los, porque, embora aparentemente anódinos e até francamente desacreditados, assumem, comparativamente a tentativas do mesmo cariz (de direita ou de esquerda), uma função certamente moderadora.

A dureza foi compensada pelo amor ideológico à terra, alvéolo das sociedades aldeãs. A tristeza e a gravidade perderam intensidade corrosiva, consequência de fortes vivências nostálgicas. O negativismo foi tão-só pragmático, já que a vontade de exclusão nacionalista se definia obrigatoriamente no interior de uma ideologia cristã e humanista.

Não vale a pena, neste momento, aprofundar estes pesos e medidas que conseguiram imprimir um carácter menos húbrico à militância nacio-

nalista. São apontados, e aqui ficam, como marcos da sociedade onde se deram e a que voltaremos, pois que só o que obstaculiza a ideia e o modelo guarda, quanto a mim, o nome de humano.

Assim armados, ser-nos-á possível seguir Salazar na preocupação que lhe era própria de conferir à especificidade do povo português o *modus operandi* de que esta estava urgentemente precisando, após dezasseis anos de República e em plena crise económica mundial.

O BIOLOGISMO DA INTELLIGENTSIA

Contrariamente à legenda, muitos dos homens que recusavam os «figurinos estrangeiros», como quadro conceptual e operativo para a solução dos problemas portugueses, não eram nem gente pouco informada, nem espíritos particularmente estreitos. É certo que reuniam em torno de si muitos provincianos, mas como forças de manobra e executantes de tarefas menos nobres. Aliás, essa aliança e respectiva repartição de tarefas são em si mesmas cheias de significado.

Pressentiam o que realmente veio a acontecer: no espaço de cem anos, o capitalismo destruiu quatro mil civilizações. Pressentiram-no e não queriam que igual sorte coubesse a Portugal. Vislumbravam também que a sociedade cosmopolita, entre gentes do mundo, ia ruir e que nesse descalabro se perderia a última oportunidade de fundar uma sociedade «bem», baseada sobre o «mérito da inteligência». Haveremos de voltar a estes temas, porque, sem uma compreensão larga, e até visual, do mundo que finalecia, é quase impossível entender a força e o empenho com que esses homens defenderam a pele, antes de, no tempo de Salazar ainda, terem sabido que a sua resistência fora integralmente vã.

A recusa dos «modelos exóticos» enraizava-se pois no sentimento agudo, que aliás cultivavam, de que Portugal tinha um destino singular, embora «interrompido», como diagnosticava o F. Pessoa, e de que só a aplicação rigorosa de receitas endógenas o poderia salvar. Isto é, Portugal haveria de reencontrar e continuar o génio próprio que o caracterizava.

Exprimo-me como se exprimiam, para realçar a dimensão biológica do seu pensamento. Crise, remédio, génio, são noções que falam de corpo, de doença e de raça. Patologia e vontade de curar eram referenciais do miliante nacionalista. Quando estes homens olhavam o passado pátrio ou percorriam o continente europeu, guiava-os a memória clínica de quem está habituado a reconhecer os menores males — os sintomas precursores de decadência — segundo uma sintomatologia histórica experimentada.

Importa pouco saber se essa memória tem outra existência que a vontade própria de conservar; interessa bem mais compreender o carácter quase compulsivo que levou essa gente a debruçar-se sobre o mundo por uma tal janela. Abordamos aqui um ponto capital.

A recusa dos modelos exóticos pressupunha a necessidade de modelo próprio, mas não explica a necessidade do modelo. Porquê um modelo?

Se nos interrogarmos um breve instante sobre a polémica actual em torno do presidencialismo, encontraremos uma boa analogia entre o agora e o então. É evidente que no caso concreto se discutem problemas constitucionais, mas não escapa a ninguém que os problemas jurídicos são secundários. O que se procura é um mecanismo jurídico legítimo que se adapte como uma luva a uma visão estratégica, face abstracta de uma situação

grupai. É esta que dá fogo e interesse à discussão, pois muitos serão os chamados e poucos os escolhidos. Homens que afectivamente se não entendem procuram encontrar, após uma relativamente curta experiência de poder, os parceiros com quem se possam entender. Como entre os homens, os conflitos nunca são só conflitos, vemos desenhar-se um grupo, de contornos móveis, uma regra de jogo para as artimanhas do poder, um apoio internacional preferencial, uma duração, um estilo de trabalho. Não há tanto o que se pode chamar um projecto. Há sobretudo um acordo sobre as condições de funcionamento.

Quando Salazar procurava um modelo nacional, era, em grande parte, isto mesmo que procurava. Mas, além de uma regra de jogo, procurava um princípio de legitimidade; uma marca distintiva do exercício do poder político para uso externo; um projecto de sociedade; as etapas coerentes de transição; um ideal. Procurava, em síntese, um modelo operacional, prático e legítimo de comando: enunciar objectivos e reunir os meios executivos correspondentes.

Note-se que um modelo destes é de natureza mecânica, a articular, sem operadores de retroacção, conceptores e executantes, reunidos não pela igualdade de posições quanto ao projecto, mas pela comunhão ou *consensus* em torno do mesmo.

A necessidade do modelo é, no fundo, um avatar lusitano do contrato social, que, uma vez assinado, nunca mais se pode denunciar. Uma convergência estável de afectos em torno do refazer da sociedade nacional.

Na mente destes nacionalistas, tal convergência sempre existira, pois que assim se caracterizava uma sociedade humana normalmente constituída. Precisamente o que fora vindo a ser posto em dúvida, durante o século XIX e depois, era o carácter natural, transparente e último dessa convergência «sentida» e que nunca podia ser expressa em razões que se não tornassem automaticamente as razões do mais forte, o senhor e o Estado.

Ou seja, a convergência dos factores ou *consensus* só podia funcionar na medida em que não fosse consciente. Qualquer racionalização ou teorização, mesmo a mais apologética, do absolutismo destruiria a inocência das relações constitutivas em que se fundava a sociabilidade desse tipo. Deixaria esta de ser estável, para passar a ser móvel. Seria esse, e foi, o preço a pagar para se passar do mito à razão. Enunciada a primeira racionalização, esta não mais teria fim, dado que o que funda uma sociedade imutável é o mito. Deve, inclusive, perguntar-se se a tal sociabilidade se pode chamar sociedade. Destarte, uma sociedade estável só *a posteriori* é passível de um modelo, isto é, quando a sua imutabilidade já passou. Voltar lá é abandonar a razão.

Ora a imutabilidade da sociedade portuguesa, se alguma vez existira, há muito passara e, encaminhada, como se encontrava, na via balbuciente da industrialização, bem mais haveria de passar.

O nacionalista sabia-o. E o seu saber fundava-se na recusa de que a sociedade portuguesa continuasse a passar. Saber que se arqueava numa tarefa paradoxal que consistia em enunciar o modelo projectivo da sociedade tradicional e simultaneamente o modelo transitório que, dos anos 30, a ela de novo conduzisse. Se para nós há uma grande diferença entre sociabilidade natural e sociedade tradicional, para Salazar a diferença é ténue, como se, entre uma e outra, só um vidro baço e poeirento impedisse a visão. Se um dedo afastasse a poeira, que se veria? Uma paisagem maternal além ou um arabesco deixado pelo dedo?

O projecto do nacionalista que era Salazar reduzia-se assim a uma questão bem simples: como refazer conscientemente (porque se quer) a sociedade imutável, como fora e seria a portuguesa? Sociedade idealmente constante, mesmo se por vezes temporalmente interrompida?

A recusa dos modelos exóticos era uma atitude lógica, se bem que ao serviço de uma tarefa — repito — paradoxal. Paradoxo que, todavia, fundava a necessidade e constituía o cerne do modelo transitório. Para Salazar e os seus, muitos caminhos conduziam à desnacionalização do povo português, raros e estreitos os que o levariam à sua renacionalidade.

Teria este homem consciência deste impossível processo? Do preço gigantesco e inútil que haveria de se pagar?

O seu pensamento mostra que o intuiu, sem jamais o ter explicitado. Nunca o modelo projectivo e o modelo transitório aparecem juntos, no mesmo discurso. Juntos teriam constituído um *cocktail* bem mais explosivo do que o salazarismo, de facto, foi. Teriam tornado delirante o Estado, com as consequências desastrosas idênticas às do nazismo e às do estalinismo. Foi a forte vivência nostálgica da velha direita que manteve separado o modelo projectivo do modelo transitório, retirando destarte ao Estado concentrado do salazarismo a maior parte da sua potência auto-destruidora. Reconhecer mais tarde de onde brotava essa vivência nostálgica, de que a sociedade civil provinha, será identificar o que nos retardou, mas igualmente o que, sem querer, nos salvou dos que nos queriam salvar.

Voltemos ao modelo.

Afirmar que esse modelo, no conjunto dos seus aspectos, seria elaborado a partir do passado pátrio é um truismo. Nem a outro lado se poderiam aparentemente ir buscar as grandes linhas (ou axiomas) e as constantes de acção (ou protocolos experimentais) correspondentes.

E, todavia, o processo não poderia ser tão simples. Não porque Salazar procurasse a complexidade. Antes pelo contrário. Simplesmente, e dados os referenciais históricos do discurso nacionalista português, haveria que perguntar-se porque é que Portugal ia deixando de o ser. Ou seja, nem todo o passado — é o caso de o dizer — era passível de ser retomado tal qual. Excluía-se automaticamente as causas imediatas de doença, isto é, a República. Excluía-se também, por efeito de raciocínio recursivo, as causas que causaram a República, isto é, a maior parte da Monarquia.

É óbvio que mais uma vez o processo não obedecia a esta linearidade discursiva. Salazar sabia que a República correspondia a um estado de facto. Aboli-la seria levantar inúmeros obstáculos à acção que julgava essencial. Poderia (e deveria) manter-se a República, não como sistema de coordenação de poderes, mas como estado mais ou menos transitório de ausência de realza. Consequentemente, estava fora de questão restaurar, a breve prazo, a Monarquia, mas desta Salazar guardaria o cerne da legitimidade do poder pessoal que tinha, aliás, necessariamente de constituir.

Se isto é verdade, deve concluir-se que a leitura da História pátria, referência essencial para a constituição do modelo de renacionalização, é conduzida com pragmatismo para que o essencial não se perca. Ou seja, são as necessidades da acção em prol de um poder estável, mas legítimo, que são a real matriz do processo.

Contentarmo-nos com esta análise seria contudo empobrecer, reduzir a pouco, a efectiva procura do modelo: pragmatismo não querendo aqui significar oportunismo, mas indicando um modo de operar semelhante ao que hoje se chama bricolagem.

Que se veicula nesta situação em que o paradigma monárquico se incrusta na forma republicana?

Veicula uma mutação que dará ou uma forma nova ou uma forma bastarda de poder político, mas que, sem mais, anula as precedentes, como não pertencentes à especificidade do povo português e à sua forma singular de ser dirigido. Pretende-se, face ao triplo princípio de selecção da classe dirigente de uma sociedade hierarquizada, o nascimento, a riqueza e o mérito, colocar este último no lugar cimeiro, com exclusão relativa dos dois outros. Forma nova ou bastarda, pois, de que não há exemplos históricos, mas de que existem teorizações, filosóficas ou míticas, na área indo-europeia. Começa-se efectivamente por recusar o exótico, mas um tal modelo só existirá se se recusar também o nacional. Por outras palavras, recusa-se a história, perante o Nada ou perante o Novo.

Se Portugal queria sobreviver, tinham os Portugueses de ser levados a experimentar (a bem ou a mal) uma forma nova de uso do poder. Quando Salazar chama Novo ao seu Estado, não está a fazer poesia, está mesmo a querer um Estado Desconhecido.

Uma tal pretensão e um tal movimento, adentro do imaginário da cultura ocidental, só podem encontrar o seu fundamento noético no território natural. Estamos assim diante do que, em outro lugar, eu chamei materialismo físico, no seu sentido simultaneamente mecânico, vitalista e construtivista ¹.

O exemplo mais elaborado deste tipo de discursos, no primeiro quartel deste século, era o fornecido pela biologia. Não é, pois, por acaso que o movimento (inter)nacionalista, aqui e além, no seu ímpeto de anular a experiência de poder proveniente das Revoluções Inglesa e Francesa, desembarque no território natural conceptualizado pela biologia e também, em parte, pela etologia. Que se diz aí?

Na luta pela vida, todo o corpo (espécie, grupo ou indivíduo) está confrontado com irremediáveis processos adaptativos. A luta entre as espécies não se compadece com a desordem e a ausência de especialização. Todo o corpo sobrevivente, porque seleccionado, é um conjunto hierarquizado de funções, submetido a um órgão regulador central.

Não é provável que Salazar tenha manuseado directamente os textos em que os principais experimentadores e teóricos de então expunham as suas teorias e resultados, mas o que é certo é que é impregnado por esse pensamento que o discurso nacionalista vê e manipula a realidade social. Como se a memória clínica tivesse encontrado a luva que lhe ia.

Podem (e devem) ler-se os discursos de Salazar deste ponto de vista e observar-se-á que procura formular o correlativo deste pensamento em política. Será igualmente capital notar que, das quatro tentativas nacionalistas de então (alemã, italiana, soviética e portuguesa), só esta nunca extravasou os quadros cristãos. Ou seja, o território natural em que se fundava não era o pagão, mas a natureza cosmogónica do Pancreator, do Cristo-Rei. Destarte, estavam-lhe vedados os mitos. Daí o uso obrigatório de um pragmatismo pedagógico e professoral, que, como disse, delimitava os efeitos mais fanáticos da negatividade nacionalista. Consequentemente, a elaboração teórica — a aplicação da biologia à sociedade e à política — nunca poderia ultrapassar o estágio do esboço.

Mas as tensões daí decorrentes são constantemente observáveis na discursividade salazarista. Compreender-se-á assim porque soa nodoso e cauto o pensamento que daí nasceu.

INTERMEZZO II

Viveu-se disto.

Viveu-se com a impressão confirmada de que o poder tinha um pensamento e exigências a nosso respeito. Viveu-se, confrontados com a repetição do é assim, é assim mesmo, quando a evidência do processo escapava. E escapava cada vez mais. Viveu-se praticamente sabendo o que era domínio nosso, nosso porque nos deixado pelo poder, e o que era domínio dele, dele porque o queria. E, se o quisesse, seria dele. Viveu-se ouvindo discursos dele, que falava e não nos ouvia. Que ouvia ele? Arquétipos, exigências, limites, sugestões. Ouvia vozes, que não a nossa.

Agora que esse poder, talvez temporariamente só, se foi de perto de nós, resta-nos compreender o que se viveu e buscar, mesmo longe, com realismo e inteligência, o que nos abrirá à compreensão. Quem se admirará se tiver de mudar de corpo, para ter, enfim, o seu, só? Fomos pés, mãos, estômago e coração. Não fomos face, visão, boca inteligente. Éramos corpo, é certo, fazíamos todos parte de um, de cabeça nossa confiscada.

Viveu-se até revoltar a cabeça e abrir boca e abrir olhos. A cabeça de cada um subiu ao lugar e agora não sabemos quem somos, cada um.

Uma cabeça para cada corpo é uma ideia realmente nova.

Um só corpo com cabeça tem paisagem. Dois corpos com cabeças têm paisagens. São outros automatismos, outros desejos; e o problema da identidade não só não foi resolvido durante cinquenta anos, como agora se multiplicou. Muitos corpos não saberão onde dar com a cabeça e estarão prestes a pô-la mais uma vez no prego.

O corpo é uma questão grave, para ser colocado a render, mesmo em mãos que lhe queiram bem. Mesmo se a urgência é muita.

Praticamente? Pôr a cabeça ao frio! Sentar o corpo e começarmos a conversar. Pegar na conversa e voltar lá atrás, à sociedade que foi esta, antes de nesta se deformar e morrer.

Ir lá, com outros pontos de vista, de uma capacidade maior, compreender que o sofrimento que se viveu foi vivido em vão. Não serviu para o que o poder o queria. Não servirá para este de agora, que não sabe dizer que nome tem, e tão-só sabe repetir que veio depois, que é outro e que agora vai durar sempre. Se este veio depois — pergunta —, é outro ou é o mesmo adaptando-se, incapaz de se recompor tal qual era?

Mas, se sentimos que é outro, conversando, que nome lhe daremos?

Que somos nós, conversando?, e dando nomes às coisas?, e comparando este e o outro?, o que não amámos e este que ainda não sabemos se é do nosso gosto?

Vive-se sem saber porque se desgosta o corpo continuando a sofrer. Sofrer? O poder dirá que não importa. Que o gosto é de mulher.

Para nós aqui sentados, conversando, o poder desconversa. É certo que sentir e dar um nome ao que se sente não nos impede de sofrer. E, no entanto, é serviço. Presta-nos o serviço de dar um nome às coisas. Chamá-las pelo seu nome, sem tratar nenhum corpo de imaturo para as ouvir, impede o poder de se considerar único e todo.

Se o poder tiver de existir, que exista, um entre os mais.

Se o que foi «povo português» e hoje está lá e não sabe se poderá ter nome ou não e, na afirmativa, que nome terá... se isso souber não confiscar as cabeças para as dar a alguém, conversando diremos que o salazarismo é letra-morta, corpo de poeira do nosso caminho foi. Com ele, conversando, cortámos o nosso nó «córdio», e vivos sem um só corpo, sem uma só alma e não mais todos por um.

Morto o biologismo da *intelligentsia*.

OS PROTOCOLOS EXPERIMENTAIS

Visto daqui, o biologismo é a referência maior de um empreendimento intelectual e material de manipulação da sociedade. Como se de um laboratório se tratasse, onde se aplicariam protocolos experimentais a fim de confirmar ou infirmar a hipótese.

Isto, visto daqui.

Visto lá, do ponto de vista do nacionalista, o processo é certamente experimental, mas com conotações positivas e necessárias. Não se tinha consciência de que se tratavam os indivíduos como cobaias; pelo contrário, acreditava-se firmemente que se estava a desenvolver um esforço meritório, apesar dos inevitáveis erros e hesitações, em favor de sinistrados da história.

Será mais fácil apreender este estado de espírito se operarmos uma distinção entre sociedade e *socius*.

Os homens em conjunto, ou as parcelas da espécie humana, relacionados com um território e mantendo entre si relações de solidariedade, realizam um *socius*. Ao conjunto de instituições organizativas duráveis que praticamente ordenam e regulam as relações de sociabilidade entre os humanos chamamos uma sociedade.

Esta distinção supõe uma unidade da espécie e uma diversificação de culturas. Ou, de outro modo dito, as descontinuidades culturais que geográfica e cronologicamente se observam podem ser consideradas como outras tantas respostas diferentes a problemas comuns a toda a espécie. Dada a constituição física e psíquica desta, e pondo de parte a questão de se saber se pertence ao património genético do homem o poder escolher ser membro ou não de uma sociedade, os conjuntos humanos terão sempre de enfrentar diferentemente idênticos problemas. O *socius* será assim o domínio dos problemas, mas exclusivamente dos que dizem respeito à sociabilidade e com esta nascidos. A unidade da espécie só tem sentido, enquanto noção, na estrita medida em que se considerarem exclusivamente as constantes decorrentes da manutenção das relações dos homens entre si.

O domínio das respostas ou das hipóteses de solução é assim também dito sociedade. Existe, consequentemente, um jogo adaptativo de pergunta-resposta, ou de problema-solução, que é integralmente sinónimo de dispositivo de tratamento de energia e de informação. Dir-se-á, pois, que o *socius* é formado pelo conjunto dos processos reprodutivos, enquanto a sociedade abarca os processos produtivos. Reprodução das constantes de manutenção energética e produção física das soluções adaptativas e/ou criativas são as duas faces inseparáveis da realidade dos homens em comum.

Idealmente, pode elaborar-se um modelo de funcionamento optimal da realidade. Modelo que pressupõe que *socius* e sociedade, reprodução e produção, energia e informação, não possam ser comparativamente nem

sobreavaliados, nem anulados, nem hierarquizados. Estamos, pois, assim nos referindo a objectos mentais pertencentes a dois domínios ou pólos de tensão absolutamente distintos.

Na prática, contudo, sobretudo por parte dos manuseadores da sociabilidade, estes termos tendem a ser ou hierarquizados, ou anulados, ou esquecidos. Vêm-se assim sociedades inconscientes do *socius* que igualmente são, aceitando desaparecer em vez de se modificarem, usando e abusando do mesmo tipo de energia, temendo cultivar a informação criadora, pondo a reprodução ao serviço da produção e vice-versa.

Em boa lógica, deverá concluir-se que, se sempre assim foi, é grande a probabilidade de assim continuar a ser. Aliás, nem de outro modo podia ser, já que, se a realidade correspondesse ao modelo indicado, a sociedade desapareceria. Ou seja, o jogo adaptativo (ou o dispositivo de tensões) existe porque a realidade não é o domínio do que funciona idealmente bem.

Afirmar-se que o facto societário constitui uma realidade durável, ao ponto de nos perguntarmos se ela não fará parte do património genético da espécie, é afirmar não só que não há conhecimento de que funcione segundo o modelo, mas também que não há provas da existência de um funcionamento ideal ou modelar para os homens em conjunto.

O modelo é, pois, uma medida de entropia, ou, se se preferir, é explicativo por margem de erro, mas erro bem maior seria querer aplicá-lo. Todas as emendas se revelaram até hoje piores do que o soneto, mesmo se o soneto traz consigo um inquietante ruído de fundo.

A ausência experimental de um modelo exclui a possibilidade prática de comparar sociedades entre si. A entropia indicada é sempre relativa aos dados internos concretos de um sistema e não concerne os sistemas alheios. No entanto, a realidade noética do mesmo modelo permite descrever e compreender os funcionamentos diversos das sociedades reais.

Não era assim que se pensava nos anos 30, nos cenáculos (inter)nacionalistas. Procurava-se então um funcionamento ideal da sociedade e tinha-se em mente definir os protocolos experimentais a que deveria obedecer para obter o rótulo de sociedade ideal.

Experimentava-se, como disse; lançavam-se acções e esperavam-se, com ansiedade, os resultados. Entretanto animavam-se os convencidos e excluíam-se os recalcitrantes. Para quem acreditava, a tarefa era exaltante. Para quem duvidava ou contracombatia, realidade e pesadelo tendiam a tornar-se sinónimos. No que diz respeito a Salazar, e em linguagem daqui, a experiência de reformulação nacional tinha de obedecer aos seguintes protocolos: a sociedade, apesar de facto incontestável, deveria ser instrumentalizada para revivescimento do *socius*; a produção física de soluções adaptativas só teria sentido se submetida à reprodução das constantes de manutenção energética; a informação deveria ser condicionada pela procura de energia.

Por outras palavras, corporações, electricidade, poupança e censura. O Estado ao serviço da recomposição e reposição da sociedade civil, cuja imagem ideal era rural nortenha, e não urbana. As soluções dos problemas nacionais só mereceriam esse nome na medida em que insuflassem novo alento à sociedade tradicional.

Nestas condições, a realidade seria fatalmente repressiva e dolorosa, à medida que os resultados obtidos se revelassem distantes ou diferentes dos resultados esperados. E o que era tantas vezes medida salutar de neguentropia encarava-se como desastroso e problemático.

A procura do ideal traz sempre consigo um potencial imenso de repressão.

O MOTOR É OBSTÁCULO: É ISSO O REAL

Trata-se de uma visão sintética dos protocolos experimentais, vistos daqui, mas é curioso também neste particular vê-los de lá, a brotarem do pensamento de Salazar.

Vimos como a feitura progressiva dessa forma política paradoxal, que era a forma republicana com cerne e de funcionamento monárquicos, levou o salazarismo a desaguar no território natural, balizado pelo humanismo biologista cristão. Vimos como lhe estava vedado dar abertamente a esse território o fundamento pagão dos mitos e se via obrigado a uma manipulação pragmática da realidade. Simplesmente, um fundamento desses, só por si, seria inconsistente. Salazar tinha de agir e falava para que se agisse: o emprego judicioso da força e realizações práticas seriam as únicas justificações da esperança. E, enquanto esta durasse, durava o poder, que é, como se suspeita, o poder de durar.

Ou seja, para que os protocolos experimentais fossem os que Salazar propunha, e não outros, como os propostos pela direita nova, a razão só não bastava. A inconsistência congénita daria lugar a contestações permanentes. Seria à força da razão prática — as verdades fundamentais — que o território natural, propício à especificidade pátria, seria balizado. Surgem assim realidades noéticas «que se não discutem». Precisamente, o *socius*, nos aqui chamados Deus, Pátria, Família, Concórdia Nacional, Trabalho, Independência Nacional. O resultado inevitável é uma mistura de princípios rígidos e de *bricolage*: planos económicos sectoriais, enquadramento nazi da juventude, partido único mussoliniano, corporativismo do cristianismo social, propaganda da *agit-prop*.

Esta mistura dá que pensar. Vemos aqui um homem que sonhou uma Civilização Lusitana, mas que nem sequer pode ser a Civilização. Com a Igreja por aliada, um político pode sonhar grandioso, mas a sua acção, mesmo durável, será sempre débil. É que não pode tocar no homem.

Temos assim um poder de cerne monárquico, mas jámais hereditário, por ausência intrínseca de doutrina definitiva. Constata-se efectivamente que só nos países em que tais formas políticas paradoxais foram obrigadas a aceitar os quadrantes gnoseológicos do cristianismo existem movimentos políticos, de tipo nacionalista, cuja perenidade não ultrapassa os limites da vida do chefe: vide Salazar, De Gaulle, Franco, Perón, Getúlio Vargas, para só citar os tempos presentes. O cristianismo não impede o culto dos chefes, mas impossibilita-os de produzirem pensamento e doutrina com pretensões globalizantes. Enferra-os no político e guarda para si o *socius* (a família, o casamento, o sexo, a educação, a moral natural, os mitos fundadores do destino do homem, a unidade da espécie, os limites desta, os ritos da vida e ... a rede de solidariedades interclassistas). A legitimidade prosseguida e jamais definitiva é o real calcanhar de Aquiles destes chefes.

E, todavia, um e outra são mutuamente indispensáveis.

A cumplicidade profunda entre o Regime e a Igreja situa-se na dimensão *engineering* do imaginário actancial de um e de outra. Para ambos, o modelo projectivo (de reconstrução nacional e de salvação individual)

resume-se numa tentativa cultural total de refazer a natureza singular (da Nação e do Homem) e, nesta, a comunidade (o Povo e a Assembleia dos Crentes). Deslizes semânticos e conflitos de competência são praticamente inevitáveis.

Compreende-se assim que a especificidade de um povo será não tanto uma resultante da sua história passada, mas sobretudo uma modalidade comportamental revelada por esse povo ao longo da história. Trata-se da sua capacidade de se deixar culturalmente modelar pela natureza que é sua: uma língua viva, costumes próprios, um território conquistado, um clima conhecido, um conjunto de práticas sociais adaptativas, uma *élite* nacional.

São mentes nacionalistas a desenharem o imaginário actancial que atribuem ao povo duro e durável, a que conferem a guarda do *socius*. Julgam ter encontrado no camponês nortenho o poiso, o ponto de apoio, da acção nacionalista, como se este conservasse ainda largas réstias do protocolo experimental.

Pensam estar diante de «exemplos vivos» do que pensam.

Deslizam assim do território natural para o espaço geográfico e identificam a paisagem geumana do Norte do País com a reprodução da especificidade, a energia nacional, a terra, as virtudes da Raça.

Mas o País não se reduzia a estas «réstias», que o mesmo é dizer que havia população — e muita — que não era povo, pela boa razão de que não mostrava comportar-se como povo.

Que o mesmo é demandar porquê. Porque é que o povo não revela constantemente a sua capacidade de se deixar culturalmente modelar pela natureza que é sua? E o modelo projectivo responde: porque se torna moderno, porque segue modas. Torna-se como os outros povos, deixando de ser ele mesmo, perde a sua identidade, aliena-se.

Como é obvio, e dada a cumplicidade apontada entre os modelos projectivos do «espiritual» e do «temporal», não escapará a ninguém os relentos bíblicos desta maneira de pensar. Simplesmente, para estes homens, pregar não bastava, importava agir. Estava em causa uma espécie de doença do corpo moral, estava em curso uma degenerescência.

A sociedade moderna, ao transformar a sociedade tradicional, estava em vias de modificar o próprio *socius*. Em vez de o servir, mudava-o, instabilizando-o e corrompendo-o: o povo deixava de ser povo, não porque o queria, mas porque a isso era aliciado. Dir-se-ia que, para estes nacionalistas, o processo da formação das classes obstaculizava o processo permanente da formação do povo. Tanto mais que se não encontravam perante outro povo que quisesse submeter o seu, mas diante do seu, que se desnacionalizava adentro da própria terra.

Este aspecto das coisas escapava-lhes em parte, não sabiam formalizá-lo, não deixando todavia de fortemente o sentir. É que a ameaça do capital não era como a ameaça de Espanhóis ou de Ingleses.

Seja como for, o mais longe que viam era que certas modificações, mesmo no sentido da modernidade, seriam necessárias e benéficas.

Necessárias para aumentar a resistência do *socius* aos figurinos estrangeiros. Benéficas para aquele mínimo de conforto e de dignidade compatíveis com as mudanças de época. Como se o processo se resolvesse em gradações subtis. Demasiado pouco, o *socius* esvair-se-ia na miséria e aí a sociedade tradicional perderia a sua razão de ser organizativa. Um pouco de mais, e o *socius* entraria na rota da riqueza e da abundância, o que não

viria sem dependências férreas relativamente a estádios de abundância mais avançados.

Há toda uma ideia de «massa» aqui envolvida. Era gente que sabia que não só com força se manda. Sobretudo, com jeito.

Claro que não era bem nestes termos que os nacionalistas exprimiam o seu pensamento. Mas o pensamento era esse: o protocolo experimental enunciaria que importava sobremaneira ajudar o povo a manifestar a sua especificidade, a reproduzi-la de modo contínuo e expansionista. Que todos os portugueses se tornassem duravelmente povo. Neutralizar os agentes sociais, operadores e veículos da modernidade não passaria de uma questão anexa. O essencial consistiria em definir os dados concretos da presente modelação: até onde se impunha modernizar para que o povo se tornasse conscientemente tradicional. Quando se trata de mudança, Salazar entende que só um conservador se pode encarregar bem do recado. Questão de pragmatismo, é óbvio. Mas, por isso mesmo, não só.

É inevitavelmente também um processo de ordem por etapas. Ou seja, todo o processo pragmático, encarado mecanicamente — e a época não concebia outro modo de funcionamento —, supõe princípios indiscutíveis que balizem solidamente o terreno de experiência, de modo a poderem conter os dissentimentos de interesse e de ideologia. Supõe também um regulador semântico. Supõe, finalmente, o enunciado claro de tarefas intermédias de execução.

Numa palavra, o processo pragmático-mecânico é um processo de chefes. Daí que seja quase impossível distinguir nos homens que nisso se tornam qual a parte motivada pelo desejo de poder e qual a parte de paixão pelas finalidades e meandros do processo. O homem-chefe (inter)nacionalista acaba por aparecer como o sinal vivo do princípio e do fim do (inter)nacionalismo. É-lhe reconhecida a visão do modelo projectivo. À maioria dos agentes escapa o que o chefe vê, mas reconhece que de facto ele vê. Poucos portugueses souberam ou sabem o que Salazar viu, que imagem ou cenário teria do Portugal enfim renacionalizado, mas não restam dúvidas de que uma larga maioria o aceitou como o enunciante do modelo transitório, do plano de renacionalização como se ele soubesse. Já que tinha os livros, que mandasse pois. O povo lá estava para contar as libras que eventualmente lhe passassem pelas mãos. Torna-se assim o chefe o garante da capacidade do povo de ser ele mesmo e de o ser no momento presente. A História mudando, mudam as coordenadas, surgem novos ângulos de ataque. Tarefas novas se impõem, que o povo deve inexoravelmente assumir, se pretende permanecer antigo.

Não foi nestes termos que Salazar falou.

Entre esta expressão e a sua há uma divergência semântica. Diria ele que essas tarefas inadiáveis não são novas, são actuais. Diria ainda que o povo não é antigo, mas duradoiro.

Julga-se por vezes que as questões semânticas são chinesices, querendo por aí significar que não pesam. Ora acontece que as questões semânticas são questões de corpo ou de linha e induzem uma primazia da forma sobre a informação, do timbre sobre o som. Realmente, em termos informativos, *novo* e *actual*, *antigo* e *duradoiro*, divergem minimamente. Se as palavras não pesassem, passariam por sinónimos. No entanto, e porque nestes sistemas pragmático-mecânicos a palavra, antes de mais, pesa, *actual* e *duradoiro* inscrevem o corpo, o povo, a Pátria fora do tempo, enquanto *novo* e *antigo* os submergem nele. Será difícil dizer se há poder pessoal

porque há questões semânticas, se o contrário. Acompanham-se e segregam famílias fantasmáticas, tertúlias, clãs, escolas, facções, etc.

Todo o processo de adaptação e gradativo, de ordem por etapas, como se chamou, vê destarte aparecer um operador particular, o operador semântico, que é o conjunto de grupos onde banha a presença e a dependência do chefe. Este fala e cada grupo e facção interpreta. Se a questão semântica não pesasse, nem se compreenderiam a maior parte dos destinos políticos ocorrentes nestes regimes.

É neste terreno pois que se elabora o modelo transitório. É dele, pois, que depende a especificidade do povo.

Salazar, mais do que atento às questões semânticas, diria que o povo tem necessidade de uma *élite*, capaz de lhe enunciar os traços com que a História se apresenta e quais as tarefas com actualidade. A *élite* — que integra a classe política, mas não se confunde com ela — é, sejam quais forem os critérios da sua selecção, o povo que não é só povo. (Não se trata de uma subtilidade, mas de um facto tão grande que nem se vê. A *élite* que se define relativamente ao povo é o único povo que existe. Espuma real de ondas imaginárias. E a prova de que este imaginário funciona é que a *élite* não se vê assim, nem é vista assim. Puro efeito de linguagem.) Uma função, simultaneamente nele enraizada e dele emergente, que capta as modificações culturais indispensáveis (de sociedade, de informação e de produção) para as enxertar no povo. Algo parecido com as peças sobressalentes de um mecanismo. Peças de substituição ou «acrescentamentos culturais» que vão ser logicamente buscados a outros povos, pois que é do agir destes que nasce a história que nos movimenta e obriga a modificações adaptativas.

A *élite* tem de ser assim culta e enraizada; saber ler e saber adaptar.

Salazar tirou as consequências lógicas do duplo aspecto da função elitista. Diria ele que a cultura é o estranho, nos outros povos e na nossa própria História. Nos outros, no que nos serve. Na nossa História, no que já nos não serve.

Valerá a pena realçar que tudo isto é lógico? Que tudo isto é imaginário? Que tudo isto é vontade?

À força de recusar o processo histórico recente, o chefe inicia um outro que é novo, mas que chama latente desde sempre, e inicia com ele uma nova definição de *made in*. É ele assim o produto exemplar, a própria solução para a reprodução da manutenção do povo, a forma nova de energia, o germe do *socius* preservado.

Quem se admirará que o chefe seja, por excelência, o sinal de discórdia? Um motor que é obstáculo?

ROTEIRO LEMBRA ROTO E ROTA

Neste relativamente longo périplo partimos de três elementos básicos:

- A especificidade de um povo, como mola dinâmica de uma política necessária e viável de renacionalização;
- A normalidade de uma época, como ponto de referência de uma história que engloba o devir de vários povos e os uniformiza quanto ao tipo funcional de sociedade;

O agente parcial, apanhado nas malhas deste confronto e que, presa de um dispositivo optativo, intenta racionalizar o processo e, simultaneamente, reconhecer a natureza libidinal da sua procura intelectual.

Com a figura do chefe voltámos a encontrar o dispositivo optativo que, logo à partida, afirmámos ser o ângulo de ataque, quiçá o mais fecundo, para abordar o salazarismo.

A partir da especificidade, impossível de ser definida positivamente, incerto fundamento de uma política, abordámos, como se de graus evolutivos se tratasse, as sucessivas metamorfoses por que devia passar essa noção — esse ser de razão — para que adquirisse centralidade afectiva na paixão militante, para que se tornasse axioma primaz do pensamento da *élite*, para que se autoconstituísse forma modelar de sociedade, para que finalmente surgisse na visibilidade material dos seus intentos.

Da especificidade, passando pelo povo, pela população desnacionalizada, pela *elite*, até ao chefe, a escala gradativa não é de complexidade crescente, mas tão-só de simplificação. A complexidade era efectivamente inicial. O golpe de força residiu unicamente na passagem brutal a que se obrigava a sociedade portuguesa, que, de forma social progressivamente integrando a normalidade europeia, devia bifurcar, não para o passado nem para o progresso, mas para o desconhecido. Assegurado este golpe de força contra os «ventos da História», tudo o que se seguiria seria de uma simplicidade e dureza crescentes. Admitida que fosse a possibilidade de se «produzir» uma sociedade tradicional consciente — forma que nunca se viu, mas em hipótese não impossível —, o mecanismo integrativo de cada um de nós na paranóia, aí iniciada, punha-se em marcha. E, quanto mais o processo adquirisse simplicidade cristalina, pelo fortalecimento da figura do Chefe — Salazar —, tanta maior acuidade adquiriria o problema da identidade.

O agente parcial, o português-indivíduo que éramos, éramo-lo na medida em que as nossas vidas se inscrevessem nesse processo. Nele só se inscreviam libidinalmente. Ou pela paixão abrasativa ou pela indiferença fria e ressentida. Mas a alternativa de fugir ao processo soberano de exclusão de grupo começava por ser inexistente.

Eis porque entendo ser esta a via mais fecunda para abordar o salazarismo. É a que nos diz mais respeito: não só para uma minoria que intentou enfrentar e assimilou tantos tiques da sombra que combatia, mas sobretudo para a grande maioria que passou o tempo a procurar as saídas indolores do labirinto.

E é deste ponto de vista, essencialmente interno e não internacionalmente comparativo, que o salazarismo se revelou ser o mais potente e o mais original dos movimentos sociais em que até hoje a sociedade portuguesa tomou corpo.

DUM TEXTO A OUTRO

Escrevi este texto até aqui com a sensação de estar a avançar por entre palavras semimortas e armadilhas de sentido. Escrever o que em seguida terei de desfazer para poder dizer de outro modo, de maneira que se mostre o que ora ainda em parte se esconde. Como se em tempos, nesses concretos anos 30, algo de monstruoso ou enorme se tivesse efectivamente tentado, de que a maior parte dos agentes teve fraca ou longínqua per-

cepção e de que tivessem chegado até nós versões parciais, algumas sabiamente construídas, mas que todas nos deixassem uma persistente impressão de mal-estar, como só aos baços segredos de família acontece.

Trata-se de uma simples suspeita.

Suspeita de que o núcleo central do Regime não disse claramente o que pretendia. Que os interditos (quais?) que lhe censuravam a expressão foram mais fortes do que a vontade representativa que o animava. Mas qual? Falaram para não explicar, embora explicassem partes do que não diziam. Ideologia do que avança aos poucos, pela vertente de menor resistência, e lá vai mostrando uma espécie de *puzzle* de lentíssima reconstituição (quarenta anos não foram suficientes). Suspeita de que os principais actores, ao longo de tão longo processo, perderam o fio da meada e continuavam o *puzzle* porque o faziam. A maior parte deles começaram relativamente jovens e, quando morreram, velhos, ainda tudo continuava. E, porque assim era, nem sequer deixaram memórias.

Não é suspeito que tenham dado ao Regime a integralidade de suas vidas activas? Entretanto houve crises, mas não se desuniram. A menos que concluamos que foram loucos, tão grande longevidade e persistência não se compreendem na ausência de um desenho preciso. Ou será que não foram hábeis? Teremos de dizer que tiveram sorte? Ou será que não encontraram a «economia» do seu intento?

Mas a Oposição não é menos suspeita.

De onde lhes vinha — a esses oposicionistas — a vontade repetitiva de se oporem? Oporem-se a quê, se nunca explicaram o que o Regime era, senão que era mau? Tanta persistência no combater, tanta fé no ignorar, tanta ignorância do que se combatia, tanta ineficácia, em suma, não serão suspeitas?

Se o Regime caiu(?), não foi ela que o derrubou. Foi uma parte de um dos corpos constituídos do Regime que o fez. Isso sabe-se. Mas logo em seguida ocuparam o político, e para quê? Não será suspeito que continuem os tiques de acção que combatiam? Que se continue a falar no que se falava, mantendo e prolongando a mesmíssima ineficácia no explicar?

Era uma política que estava em causa, ou a política?

E, se uns e outros, com tudo isto que lhes diz respeito, não fossem senão a parte visível do que está em causa? Os Portugueses, a sociedade portuguesa, os problemas que os definem há duzentos anos?

Porque é que uns, o Regime, e outros, a Oposição, impediram a vontade explicativa de agir?

Um facto é patente: desde os Descobrimentos que se perde o que se descobriu, até se ficar circunscrito ao território do ponto de partida, e mesmo nesse, e só nesse, não se vislumbra utilidade exequível. Ninguém o reivindica, mas desconhece-se-lhe o uso.

E, no entanto, as gentes continuam. Caíram aos poucos nas cidades, que se encheram. Quase que abandonaram a agricultura e quase que não fazem indústria. Que modo de vida têm então? Porque continuam a falar do mesmo modo, como se nada tivesse mudado? Pois que a imagem mudou, não será altura de mudar de legenda?

Suspeito que algures se deu uma distorção do campo visual.

Realmente, não será porque a maior parte das palavras ditas — *povo, português, especificidade, sociedade tradicional, modernidade, época* — podem ser ditas palavras alquebradas? Não será porque esbanjam o sentido, quando não o atrofiam?

Porque será que as percepções mais ricas lhe são estranhas?

A sociedade civil mudou profundamente na mudança de paisagem. Se esta e as percepções que dela temos não forem esclarecidas por conceitos, uma e outras partirão em frases e o que vivemos será uma forma de fumo.

E, no entanto, até aqui empreguei as palavras alquebradas que condeno.

Confesso que pensei que, se procedesse de outro modo, arriscaria a incompreensão. Mas penso também que guardar esse modo, tal e qual, será risco bem maior.

Entendo que compreender o salazarismo, sem que o que nós fomos com ele se transmute, é simples monografia. Importa-me compreendê-lo, já com outro corpo. Com o corpo que ia nascendo, à medida que eu o ia comigo compreendendo. Daí que dissesse que os resultados deste processo importavam tanto ou menos que o desenrolar do mesmo.

É raro em sociologia «pessoalizar» os problemas. Talvez por isso sejam tão pouco problemáticos e emblemáticos. Não é que se procure a parcialidade, mas reconhecer, no irredutível relativismo social, o lugar do nosso corpo, conferindo-lhe o nome de agente que tem. É óbvio, todavia, que não há só, nem existem só, a dimensão libidinal e a dimensão mental dos processos. Se existem, é também porque a dimensão social e material são partes constitutivas do engenho, que, na sua insanável incompletude, produz um real. Será, pois, necessário interrogarmo-nos com que forma de sociedade, com que formação de soberania, com que princípio de realidade jogam os discursos e os afectos.

Não disse propositadamente em que sociedade se verificam, mas com que sociedade coexistem. Ou, se se preferir, é tão fecundo perguntar-se em que sociedade se pensa este destino nacionalista quão vital é procurar em que discurso vive esta sociedade.

Paixão, pensamento, sociedade e comunidade material dormem juntos, repousam-se mutuamente, lançam-se uns atrás dos outros, à procura do sonho ou do pesadelo. E por isso podemos dizer que são realidade, «um real», que não se apoiam em nada, mas exclusivamente na existência harmónica ou tormentosa que entretêm entre si.

Resumindo-nos, pois, diríamos que compreender o salazarismo só tem alcance se for o roteiro da nossa estada nele. Diríamos ainda que não se pode proceder a um esclarecimento dessa natureza permanecendo na visão que o salazarismo tinha a nosso respeito. É necessário mudar de imagem, criando uma outra, através de conceitos e de cenários adequados, em que a nossa sujeição e o seu domínio sejam visíveis e móveis. Destarte, relações de frustração, aparentemente sem outra saída que não seja o mesmo tipo continuado de irrealização, serão desfocadas e ganharão em sentido. Uma outra ideia de real introduzirá movimento e transmutação lá onde tudo permanecia parado e como devendo ficar duravelmente assim. Olhar, pois, o princípio de realidade salazarista de um outro princípio de realidade.

Se executarmos o salazarismo só com política, ele ou outro, do mesmo cariz e com o mesmo carisma, poderão pela política voltar ainda. Se o abandonarmos no corpo, no nosso corpo de paixões profundas e de articulações duráveis, o salazarismo não poderá voltar, por falta de lugar onde se inscrever. Consequentemente, o que havia em nós, desde há alguns decénios, de chamamento inexpresso, e que ele expressou contra nosso gosto, poderá agora adquirir a expressão de um estilo que vá connosco.

Teremos, enfim, mudado de companhia.